

■ APREENSÃO

# Demarcação de terras preocupa Caucaia

A população de Caucaia volta a conviver com apreensão diante do quadro que se instalou novamente no Município, com relação a demarcação de uma área correspondente há 4.658 hectares de terra, para uso de uma duvidosa remanescência indígena denominada Tapeba. O assunto foi objeto de apreciação pelo Tribunal Federal de Recursos, em razão de apelação feita pela Prefeitura Municipal de Caucaia, sobre o teor da portaria do então Ministro da Justiça, Iris Rezende, acatando a Corte Judicante por unanimidade de seus juízes o pedido formulado pela municipalidade caucaiense, no caso a suspensão dos efeitos contidos na citada portaria, medida que ocasionou certa tranqüilidade no seio da população de Caucaia. Registre-se que passados alguns meses do acima exposto, o assunto volta agora a impressionar, tendo em vista que obras em construção pela administração do prefeito José Gerardo Arruda, foram paralisadas, como é o caso da Avenida da Integração, interligando o Distrito da Jurema a sede do Município, além de outras evidentemente localizadas na referida área, se registrando, inclusive, a apreensão de veículos e da maquinaria em traba-

lho nas obras.

Convém ressaltar que se concretizada tão absurda e inconseqüente medida, cerca de vinte e uma mil famílias cujos imóveis residenciais localizam-se na área da pretensa demarcação, terão que passar por sérios vexames, levando-se em conta que seus patrimônios adquiridos a custo de sacrifícios sofrerão os efeitos de uma precipitada atitude produzida sem o mínimo e necessário respeito ao desenvolvimento do Município, cuja extensão territorial ficaria praticamente entregue a uma pseudomanifestação indígena. Vale lembrar que o prefeito José Gerardo Arruda é favorável a uma demarcação que não prejudique o progresso do Município em maiores proporções, pois 1.600 hectares foram oferecidos pela administração municipal a comunidade Tapeba, contando a área com uma infra-estrutura no caso escolas, posto de saúde, casas, água, luz, telefone, calçamento, pavimentação, centro artesanal, enfim, o necessário a dignidade de vida da citada comunidade o que parece não ter satisfeito, haja vista as insensatas ocorrências já mencionadas relativas à paralisação de importantes obras.

Sobre o assunto a Câmara Municipal dedicou praticamente o tempo de sua reunião da última terça-feira, com vereadores se revezando na tribuna mostrando suas indignações em razão do que chegaram a afirmar tratar-se de um procedimento altamente lesivo ao desenvolvimento do Município, e de forma mais abrangente a sua população.

Ponderado, o Presidente do Poder Legislativo, vereador Luís Nerys Nunes de Miranda, disse acreditar que o bom senso haverá de prevalecer, sendo este os propósitos da Câmara Municipal, fez votos para que tudo seja resolvido a contento e destacou o uso da serenidade e da compreensão notadamente por parte da comunidade Tapeba, não se deixando levar pelos interesses daqueles que indiferentes a situação de vida do povo Tapeba, procuram tirar proveitos de tal situação. Aliás é bom que se diga que o comportamento da instituição legislativa em todo curso de tão delicado processo tem sido de valiosa colaboração ao prefeito José Gerardo Arruda e exatamente em defesa do Município e da população que representa com o devido respeito e dignidade.

FORTALEZA - CE, quarta-feira, 11 de novembro de 1998

TRIBUNA DO CEARÁ 19B